

## PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 1

- Para produzir a dissertação relativa ao Texto 1, que vale **trinta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

**ATENÇÃO!** Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar a dissertação correspondente ao **Texto 1**, escolha um dos temas a seguir.

### Tema 1

O argumento de nossa tese é fundado na percepção de que as estruturas e os processos em que se insere a regulação afetarão, de maneira significativa, a sua eficácia e, portanto, devem ser considerados no momento em que é implementado o ambiente regulatório. Em relação às estruturas, devem ser consideradas questões atinentes à distribuição dos direitos de regular entre diferentes agências governamentais, os objetivos e os recursos dessas agências, os procedimentos de escolha dos seus dirigentes e os incentivos estabelecidos para a sua atuação. Em relação ao processo regulatório, há que se considerar o tipo e o momento da intervenção, assim como as formas de coordenação, competição e comunicação entre as diferentes organizações durante a atividade regulatória.

Considerando as idéias apresentadas no texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema a seguir:

### PROCESSO REGULATÓRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES.

Em sua dissertação, devem ser abordados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ papel das estruturas e dos processos inerentes à regulação das telecomunicações, do ponto de vista conceitual;
- ▶ características e avaliação das estruturas e processos no ambiente regulatório do setor de telecomunicações brasileiro;
- ▶ distribuição dos direitos regulatórios entre diferentes agências governamentais e principais restrições para a eficácia da regulação nesse setor;
- ▶ propostas de alterações de caráter legal/normativo para aperfeiçoar o ambiente regulatório das telecomunicações no Brasil.

### Tema 2

O paradigma cultural que predominou por mais de três séculos na civilização ocidental — pragmático-cartesiano (“penso, logo existo”) — se traduz como uma forma de pensar que distingue as partes sem considerar as suas conexões com o todo, separando os indivíduos da sociedade ou da espécie, a cooperação da competição, o pensamento da mente, os textos dos contextos, a alma do corpo e a existência da essência. A humanidade precisa reaprender a pensar de forma distinta para compreender as suas próprias contradições. O processo de globalização trouxe também a exclusão. Alguns estão condenados ao analfabetismo tecnológico, fato esse acentuado pelo desenvolvimento da tecnologia da informação. Talvez seja possível conceber formas de organização mais solidárias e inclusivas. Há que se acreditar na recriação humana e na possibilidade de uma cidadania global. O progresso tecnológico criou novos requisitos à educação e à realização pelo trabalho.

Uma nova cultura está emergindo e poderá servir de modelo de pensamento para orientar uma práxis diferente. A educação precisa realizar seu papel libertário para que seja inventada uma nova sociedade em que as conexões afetivas possam tecer redes de novos conhecimentos. Atuar na construção de uma história, em que cada autor potencialize suas redes e a teia global e, ao mesmo tempo, delas se nutra.

Considerando as idéias apresentadas no texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema a seguir:

### INCLUSÃO DIGITAL: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA.

Em sua dissertação, devem ser abordados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ as implicações sociais da exclusão digital;
- ▶ as relações entre indivíduo, sociedade e espécie;
- ▶ o trabalho na nova economia;
- ▶ o papel da educação;
- ▶ o programa da Sociedade da Informação (SOCINFO) no Brasil.

## PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 2

- Para produzir o discurso relativo ao Texto 2, que vale **vinte** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

**ATENÇÃO!** Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar o discurso parlamentar correspondente ao **Texto 2**, escolha um dos temas a seguir.

### Tema 1

Não será possível prescindir de agências reguladoras dispostas a formular regras de financiamento da universalização em que as potencialidades redistributivas de um país de renda altamente concentrada sejam exploradas. A África do Sul, por exemplo, criou uma agência reguladora da universalização (Universal Service Agency) cujo papel é pesquisar e recomendar políticas para atingir a universalização. Essa iniciativa mostra que há um raciocínio que, como pano de fundo, elege a universalização como meta concreta que merece atenção constante.

Não faz sentido que os pobres paguem pela universalização, mas, se as concessionárias privadas do serviço público não podem fazê-lo, por que não pensar numa política de subsídios cruzados na qual os recursos para a universalização se originem de uma combinação de capitais privados, abrangendo concessionárias e também o consumidor de alta renda? Há que se explorar, igualmente, novas concepções da universalização relacionadas à tecnologia da informação....

Para tudo isso, é muito importante abandonar a recorrente comparação da privatização com o antigo estatismo, pois ela traz o engano conformista de que “ao menos, tudo está melhor do que antes”, e este dificulta o exercício de uma imaginação institucional de regulação para países subdesenvolvidos nos quais a universalização do serviço público é uma tarefa inacabada. Como fazê-lo em um contexto macroeconômico complexo e de profunda dependência de capitais externos e de poder econômico corporativo freqüentemente intimidador das autoridades reguladoras é o maior desafio para que possamos desenvolver uma regulação mais adequada do nosso serviço público.

Diogo R. Coutinho. *Privatização, regulação e o desafio da universalização do serviço público no Brasil*. In: José Eduardo Faria (org). *Regulação, direito e democracia*. Editora Fundação Perseu Abramo, março de 2002 (com adaptações).

Considerando as idéias apresentadas no texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do seguinte tema:

### UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E REGIME TARIFÁRIO.

Em seu discurso, devem ser abordados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ definição e implementação das metas de qualidade e universalização dos serviços de telecomunicação;
- ▶ definição e implementação do atual regime tarifário, destacando o tratamento das questões pertinentes aos aspectos distributivos e à concessão de subsídios cruzados;
- ▶ avaliação das organizações e instituições regulatórias do setor de telecomunicações, examinando seu papel e desempenho no que se refere às questões distributivas;
- ▶ medidas que possam ser implementadas e que venham a contribuir para o melhor desempenho da política de telecomunicações, principalmente no que se refere às metas de qualidade e universalização dos serviços e ao seu impacto do ponto de vista distributivo.

A estratégia montada para a fusão das cinco operadoras de telefonia celular da Portugal Telecom (PT) e a Telefônica passa pela compra de operadoras já instaladas. Não prevê o aumento da área de atuação do grupo por meio de novas licenças, como compra de frequências das bandas D e E, cujo leilão está marcado para novembro.

Na sexta-feira, exatamente no mesmo dia em que a TIM inaugurou a operação nacional, Telefônica e Portugal Telecom divulgaram comunicado informando que vão finalizar a *joint venture*, criação de uma empresa única cujo nome mais cotado é Vivo. A nova empresa nasce com 13 milhões de clientes.

No mercado, comenta-se que, para a nova empresa, seria interessante comprar a Tele Centro Oeste Celular (TCO) e a Telemig Celular. Com essas aquisições, o grupo estaria em todas as regiões mais desenvolvidas do país, uma vez que a Portugal Telecom já atua em São Paulo, Santa Catarina e Paraná, e a Telefônica, no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Sul.

Na opinião de um analista, a aceleração do processo de fusão pode indicar avanço em alguma negociação. “O início da operação da TIM não justifica a migração para o SMP”, disse, referindo-se às regras do Serviço Móvel Pessoal, cuja adoção permite que as operadoras realizem fusões antes de agosto de 2003. “É cedo para migração. O setor ainda estava negociando condições mais vantajosas no SMP. Só se o grupo ibérico encontrou um motivo melhor”, continua o analista. Ele completa a avaliação lembrando que a pressa não é baseada em apenas redução de custos com a fusão, uma vez que não deverá haver corte de pessoal, pois os empregados respondem por 6% dos gastos, e as estruturas são enxutas.

Caso os dois parceiros comprassem licenças das bandas D e E, fariam também uma opção tecnológica, o uso do GSM, a mesma tecnologia da Oi e da TIM. Mas os sócios pretendem continuar com a infra-estrutura CDMA. A idéia é avançar oferecendo soluções com maior capacidade de transmissão por meio da chamada rede de 2,5 geração, a tecnologia batizada de 1XRTT, que já está em uso na capital paulista e no Rio.

Caso a decisão do grupo ibérico de não aderir ao GSM seja definitiva, cai como uma ducha de água fria entre os fabricantes de sistemas com essa tecnologia, que apostavam em migração em massa para o padrão europeu após a entrada da TIM e da Oi. Para uma fonte que acompanha os planos do grupo ibérico, a opção pela permanência no CDMA leva em conta o fato de que, na Europa, a chamada terceira geração da telefonia celular segue evolução do CDMA.

Os acionistas do grupo ibérico estiveram reunidos na semana passada, em Madri, finalizando o acordo. A idéia é, até o final do mês, enviar à ANATEL o documento de migração para o SMP. Após a ANATEL, a documentação será encaminhada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

O presidente do conselho de administração da nova empresa deverá ser Fernando Xavier, titular da Telefônica no país. O principal executivo será Francisco Padinha, da Portugal Telecom. Fernando Abella, da Telefônica, ficará com a área financeira. O comando operacional das empresas do grupo Telefônica deverá continuar com Paulo Cesar Teixeira e, da Portugal Telecom, com Gilson Rondinelli Filho, presidente da Telesp Celular e da Global Telecom.

Valor Econômico, 21/10/2002 (com adaptações).

Considerando as idéias apresentadas no texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do tema a seguir:

### EVOLUÇÃO RECENTE DA TELEFONIA CELULAR NO BRASIL.

Em seu discurso, devem ser abordados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ o papel da telefonia celular no mercado de telecomunicações brasileiro;
- ▶ o cumprimento ou não dos objetivos e das metas para o setor de telefonia celular, conforme previsto nas diretrizes que regem a política de telecomunicações no Brasil;
- ▶ uma perspectiva geral do setor, caracterizando, de forma geral, o papel e o desempenho das empresas que atuam no setor;
- ▶ o desempenho das agências regulatórias, em especial a ANATEL;
- ▶ medidas que possam ser implementadas e que venham a contribuir para o desenvolvimento do setor de telefonia celular.

## PROVA 2 – DISCURSIVA – 2.ª PARTE – TEXTO 3

- Para produzir os votos relativos ao Texto 3, que vale **quarenta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para as respectivas folhas de **TEXTOS DEFINITIVOS DO TEXTO 3** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Na elaboração de cada voto — cada um deles valendo **vinte** pontos —, obedeça aos limites de extensão determinados, pois qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Será anulado o texto cujo voto não for escrito na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 3** correspondente. Desse modo, texto definitivo correspondente ao voto pela aprovação, mas escrito na folha correspondente ao voto pela rejeição, e texto definitivo correspondente ao voto pela rejeição, mas escrito na folha correspondente ao voto pela aprovação, serão anulados.

**ATENÇÃO!** Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### PROJETO DE LEI N.º XX, DE XXXX

**Dispõe sobre os incentivos fiscais para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de empresas prestadoras de serviço de telecomunicações no Brasil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As empresas, estabelecidas no País, que tenham como objetivo a prestação de serviços de telecomunicações e executem iniciativas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de telecomunicações (IPPT), previamente aprovadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério da Fazenda, poderão beneficiar-se dos seguintes incentivos fiscais, na forma especificada em regulamento:

§ 1.º dedução em dobro do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas devido, dos dispêndios, regular e comprovadamente efetuados, no País, afetado a IPPT;

§ 2.º depreciação acelerada, calculada pela multiplicação, por cinco, da taxa de depreciação usualmente admitida;

§ 3.º isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação incidentes sobre a aquisição de máquinas, aparelhos e instrumentos, inclusive acessórios, peças sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à implementação de IPPT.

Art. 2.º Na realização de IPPT, deverão ser contempladas empresas industriais e prestadoras de serviços, que desenvolvam equipamentos e serviços genuinamente nacionais, bem como centros ou institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico brasileiros e entidades brasileiras de ensino e pesquisa, oficiais ou reconhecidas.

Art. 3.º Excluem-se dos dispêndios incentivados os montantes alocados como recursos não-reembolsáveis por órgãos e entidades do setor público.

Art. 4.º Para fazer jus aos benefícios previstos nesta Lei, as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, estabelecidas no País, deverão aplicar, anualmente, pelo menos 3% de sua receita operacional na execução de IPPT.

Art. 5.º O descumprimento de qualquer requisito ou obrigação assumida para credenciamento ao uso dos incentivos de que trata esta Lei acarretará a reversão dos incentivos utilizados ou a inabilitação para uso dos mesmos durante três anos, sem prejuízo do pagamento dos tributos devidos e das sanções em vigor.

Art. 6.º Para os efeitos de que trata esta Lei, equiparam-se às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações os centros e institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em telecomunicações estabelecidos no País.

Art. 7.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e aplica-se a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente, durante dez anos consecutivos, podendo ser renovada.

Em relação à proposição apresentada, redija dois votos em parecer, um pela aprovação e outro pela rejeição, abordando, em cada voto, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a evolução das telecomunicações no Brasil e o desempenho das políticas voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor;
- ▶ os limites e possibilidades da política industrial e de pesquisa e desenvolvimento no setor de telecomunicações que prevalece hoje;
- ▶ exemplos de experiências exitosas ou de fracasso das políticas públicas voltadas para o setor de telecomunicações;
- ▶ a pertinência e a importância da utilização de instrumentos fiscais no estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor de telecomunicações;
- ▶ a relevância ou não de estabelecer uma política que envolva também os centros ou institutos de pesquisa e desenvolvimento e entidades brasileiras de ensino e pesquisa, oficiais ou reconhecidas.

## PROVA 2 – DISCURSIVA – 2.ª PARTE – TEXTO 4

- Para produzir o resumo relativo ao Texto 4, que vale **quinze** pontos, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 4** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### Em meio ao terror... brilha uma luz

Em 11 de setembro de 2001, a humanidade, confusa, assistiu ao vivo, pela televisão, as cenas da ação terrorista nos Estados Unidos da América. Confusa, porque, inicialmente, o coração se recusava a acreditar no que os olhos viam. Tratava-se de realidade ou eram imagens de um filme, desses que invadem o nosso cotidiano, banalizando a violência e a destruição?

Embora a ciência e a tecnologia tenham avançado consideravelmente, ao se olhar o passado, constata-se uma triste realidade: a consciência da humanidade evoluiu muito pouco no último milênio. Os homens do poder continuam agindo da mesma maneira inconsciente. Mudaram os métodos, mas o uso do poder sobre os outros continua causando miséria e horror. A história nos lembra a brutalidade das Cruzadas dos séculos XI, XII e XIII: matava-se, depredava-se, humilhava-se, saqueava-se, dizimando e deixando muitos povos na mais terrível miséria. Isso, para não falar de muitas outras matanças ao longo dos séculos.

Tudo o que vivemos, individual e coletivamente, tem um sentido e não é fruto do acaso. A cada efeito corresponde uma causa e vice-versa. Esta é a lei do mundo material. O homem está a todo instante deparando-se com essa lei e sofrendo as consequências de seus atos, mas prefere continuar ignorando que é responsável pelo mundo que está criando. Enquanto habitar em nosso coração a separação, o ódio ou o ressentimento, continuaremos prisioneiros da lei de causa e efeito e não seremos livres, muito menos felizes.

Isso denuncia, pura e simplesmente, que a humanidade está doente. Por isso, cada um de nós está diante de uma escolha: questionar-se sinceramente acerca do que está criando por intermédio dos próprios pensamentos e ações no mundo, revendo seus valores, suas crenças, suas certezas e seus comportamentos, para evoluir; ou permanecer como antes, deixando-se consumir pelas doenças coletivas que se manifestam por meio do ódio e do medo.

E é bom não esquecer as nossas crianças e os nossos jovens. Como os estamos educando? Que valores estão eles recebendo dos adultos? E os jovens, cheios de esperança no futuro, que caminhos estamos lhes indicando como pais e professores? Estamos construindo um futuro em expansão ou um estreito caminho recheado de mágoas e ressentimentos? Estamos nós dando-lhes chance de evoluir com consciência e responsabilidade pela própria vida ou os estamos incluindo em um círculo vicioso de superficialismo, de aparências, marcado por julgamentos, medo e ódio? Por que não lhes ensinar que as nossas fantasias de poder são meras ilusões e que, como seres humanos, somos todos imperfeitos em busca da perfeição? Há muitos desafios a serem enfrentados diariamente por pais e educadores, e um deles é ensinar aos jovens e às crianças que o objetivo da vida é ser feliz. Mas o maior deles é manifestar amor, pois amar é um ato de coragem.

Apesar de tudo, é extraordinário constatar o espantoso poder que os acontecimentos dramáticos têm sobre os seres humanos. É como se brutalmente tivéssemos saído de uma letargia profunda, e, finalmente, durante algum tempo, os valores aos quais nós todos aspiramos pudessem enfim se exprimir. Vemos então, em todos os meios de comunicação, imagens e relatos de grandes momentos de fraternidade, de ajuda, de solidariedade, de compaixão, de mobilização nacional e internacional, enfim de abertura ao amor. Aí nos perguntamos: por que o ser humano espera encontrar-se em situações de extremo desespero para manifestar amor, compartilhar, aceitar e abrir-se ao outro? Quando é que o homem compreenderá que é feito de amor e não precisa sofrer para manifestar o que ele é em sua essência?

Isis Dias Vieira. In: **Educação em focus**. 2.ª ed. Brasília: 2002, p. 26-7 (com adaptações).

Redija um único parágrafo, apresentando, com clareza, coerência e correção o **resumo das idéias essenciais** desenvolvidas no texto acima. No resumo, aborde cada uma dessas idéias de forma pessoal, evitando a reprodução literal do texto.